



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

Autorizada pelo Decreto Federal nº 77.496 de 27/04/76

Rede credenciamento pelo Decreto nº 17.228 de 25/11/2016

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

COORDENAÇÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA



**XXVI SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UEFS
SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - 2022**

**A CONSTITUIÇÃO DA BRANQUITUDE NO BRASIL: TORÇÕES ENTRE RAÇA, GÊNERO
E RELAÇÕES DE PODER NA PRODUÇÃO DE SUJEITOS E MUNDOS**

Vitória Pereira Mendes da Silva¹; Diego Arthur Lima Pinheiro²

1. Bolsista PIBIC/CNPq, Graduanda em Psicologia, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail:
vitoriamendes42@gmail.com

2. Orientador, Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail:
dalpinheiro@uefs.br

PALAVRAS-CHAVE: Branquitude; poder; raça

INTRODUÇÃO

A branquitude é a identidade do branco (CARDOSO, 2008), sendo que a brancura é o marcador de superioridade, e a partir dessa a branquitude vê e classifica o outro com inferior. Essa identidade implica vantagens materiais, econômicas, sociais, de classe, gênero e estéticas, sendo essas vantagens fruto de relações de poder díspares (SILVA, 2017). Assim sendo, buscar-se-á um estudo da branquitude, e, mais amplamente, das questões raciais, conectado aos estudos sobre gênero e classe, por meio da ferramenta metodológica denominada interseccionalidade. Sendo assim, o objetivo deste trabalho é entender como a intersecção das categorias branquitude, raça, gênero e classe dentro de uma relação de poder pautada na supremacia racial da população branca, tem atuado na produção de sujeitos e mundos.

No Brasil pode-se verificar a construção da branquitude como tecnologia de poder, desde a invasão européia e período escravocrata (ROSSATTO, 2017). Ou seja, desde esse período já configurava-se uma hierarquia de raças, que manteve-se até os dias atuais, mudando apenas as roupagens. Sobre isso, Silva e Cardoso (2017), pontuam que a estrutura e manutenção da branquitude, se deu a partir da conservação de privilégios da branquitude e estipulação do eurocentrismo como centro da cultura mundial. Por conseguinte, estruturou-se uma branquitude pós-colonial, cujo privilégios e o topo da hierarquia social, estética, política, econômica, material e epistêmica, são tomadas conscientemente ou não, enquanto pertencentes a essa população que não se considera racializada.

Desse modo, quando a branquitude vê seus privilégios ameaçados pelos grupos que encontram-se às margens da sociedade, instala-se a política de morte, ou necropolítica (Mbembe, 2016). Isto é, instaura-se uma política de destruição de grupos minoritários. Para além dessa política de morte, há uma imposição das relações heteronormativas (TORRES, 2020), sobre o ser colonizado, em que são delineados o que é ser mulher e como essa deve se portar, assim como a imposição do modelo de masculinidade.

Com a revitalização dos discursos supremacistas brancos e masculinistas. Evidencia-se assim a importância de se fundamentar e de nos debruçarmos sobre construções epistemológicas decoloniais, assim como a realização de estudos sobre racialização e

generificação da branquitude. Pois, se veicula discursos racistas, misóginos, etnocêntricos, homofóbicos, armamentistas, assim como ataques à população dita minoritária, na perspectiva de um mundo heterocentrado ocupado por corpos brancos (DINIZ, 2019).

MATERIAL E MÉTODOS OU METODOLOGIA (ou equivalente)

Para a realização dessa pesquisa foi utilizado o método de revisão bibliográfica, sobre a branquitude e sobre interseccionalidade a fim de construir de uma perspectiva interseccional de análise. Também foi realizada a investigação sobre a constituição da branquitude no Brasil e sobre o conceito de raça. Assim como foram pesquisadas obras sobre letramento racial no que tange a branquitude.

Para isso, primeiro foi feita uma leitura exploratória, para que então houvesse um levantamento de mais referências bibliográficas que foram fichadas e analisadas em função do problema de pesquisa levantado.

RESULTADOS E/OU DISCUSSÃO (ou Análise e discussão dos resultados)

Sobre os estudos da branquitude, esses ainda estão sendo gestados, tanto devido a branquitude não se ver enquanto raça, fato que condiz com o próprio privilégio branco, quanto devido a ampla difusão do mito da democracia racial brasileira, pois uma vez que a branquitude acredita não existir racismo, as relações raciais não precisam ser estudadas, e caso sejam é visto como assunto da população negra. A concepção de que no Brasil não há desigualdade racial impera até os dias atuais. No entanto, esse é mais um grande mito que emerge em tempos sombrios contra a democracia.

Historicamente, destituiu-se da branquitude o seu papel na perpetuação das estruturas racistas, manutenção de privilégios, em detrimento das desigualdades sócio-econômica, culturais e raciais que acometem pessoas não brancas. Desse modo, os estudos sobre raça e gênero, enquanto artefatos do poder, devem partir do viés de que todos são racializados e generificados de algum modo.

Há o surgimento de um fenômeno social, o qual o facismo conta com uma turbina atrelada à tecnologia, que faz uso de algoritmos, mídias sociais, possibilidade de anonimato, para disseminar discursos de ódio, contra mulheres, pessoas não negras, grupos étnicos.

No que tange a racialização dos corpos nota-se uma relação entre racismo e branquitude, e a questão do poder e superioridade, enquanto perpetuadora do racismo, visto que a branquitude é construída a partir do pressuposto de que não é racializado e é a condição humana ideal. A saber, a necropolítica enquanto gestão da morte vai produzir suas engrenagens, com relação a branquitude. Uma dessas engrenagens são as políticas de embranquecimento do século XX.

Tem-se que historicamente que para as pessoas não brancas serem aceitas como humanas, existe a barreira da cor, de modo que usam-se da máscara branca como estratégia de sobrevivência. No entanto, embora o colonizado queira ser branco, usando-se das máscaras brancas, existe a barreira da cor, que o faz ainda ser visto como uma pessoa negra. Ou seja, para

que o homem e a mulher não brancos sejam humanizados, na perspectiva colonial, é preciso o embranquecimento.

No que tange questões de classe e raça, a branquitude assegura privilégio a brancos pobres, revelando uma possibilidade de ascensão social. As máscaras brancas, a partir disso, podem permitir certas permeabilidades sociais, no entanto, a barreira de cor ainda se sobressai, no que tange a ascensão social e econômica de pessoas não brancas.

Nesse dinamismo social, o giro decolonial, que inclui o reconhecimento da branquitude enquanto raça, pensando na produção de Fanon (2020) , é uma das saídas para a dominação colonial e restituição do humanismo que o colonialismo tomou, permitindo entender a identidade branca enquanto um elemento do processo colonial, assim como vista enquanto um instrumento de dominação do neocolonialismo.

Outro ponto é, há significados diferentes sobre a branquitude a depender das relações de gênero e sexo. Mulheres brancas podem ocupar um lugar de opressoras, tanto de mulheres não brancas quanto de homens não brancos. Estas colocam seus interesses pessoais e privilégios acima das lutas de quem se encontram à margem, que envolvem luta por igualdade de gênero e interesses democráticos, por exemplo. Ou seja, o privilégio da população branca vem sempre frente a desumanização do outro, sendo essa crucial para a manutenção desses benefícios.

Vide que o machismo, o patriarcado, as formas de expropriação da mão de obra, as imposições cisheteronormativas são frutos do colonialismo europeu branco, transfigurados em um neocolonialismo, nota-se também a imposição de uma heteronormatividade e formas de ser e estar no mundo que venham a convergir a com a masculinidade e a sexualidade do colonizador, mesmo que com o uso da violência.

Dessa maneira, há uma necessidade de uma branquitude com letramento racial, ou seja, autocrítica, que se posicione combativamente contra o racismo, e que reconheça seus privilégios e seu papel na perpetuação de estruturas de poder e opressão. Isso deve ser feito tanto micropoliticamente quanto macropoliticamente, nos espaços públicos e privados. Portanto, é preciso um projeto político cujo haja identidades não normatizadas, passíveis do desvio, configurando-as a partir de uma afroeducação. Ou seja, que envolva a aquisição de símbolos culturais e sociais da negritude, para que se construa uma linguagem antirracista, e uma posição ativa e prática no combate da estrutura racista. Tais aspectos devem reverberar a atuação e prática psicológica, uma vez que a formação do profissional em psicologia é indissociável de um posicionamento crítico sobre as relações raciais

CONSIDERAÇÕES FINAIS (ou Conclusão)

Partindo de um viés que visa a fomentação das potências e mudanças sociais micropolíticas e macropolíticas, essa pesquisa, em forma de revisão bibliográfica, tem como objetivo entender os processos de constituição da branquitude no Brasil a partir da perspectiva interseccional, explicitando assim os entrelaçamentos entre raça, gênero e poder na produção de sujeitos e mundos, através do mapeamento das produções acadêmicas que tratam das categorias: branquitude, gênero, raça e poder;

Visto que pessoas brancas não se entendem enquanto racializadas, o seu processo de racialização e generificação, no que tange a constituição de suas subjetividade branca, é pautada

na superioridade racial, que implica em privilégios que colocam o “Outro” em um lugar de subalternidade, e de destituição de direitos e humanidade. Pode-se perceber que a herança colonial de brancura, hierarquização de raças, assim como os processos de branqueamento da população perduram até os dias atuais com outras roupagens, mas tão violento quanto no passado. Têm-se que o letramento racial, e a formação da branquitude crítica se inter cruzam, pois cotidianamente isso diz relação a sujeitos e mundos, e consequentemente na formação de uma sociedade antirracista.

O fato dos estudos sobre a branquitude ainda serem recentes, incluindo nos referenciais dentro da psicologia, revelam uma construção de estudos eurocêntricos, o que implica em práticas psicológicas que não abarcam a experiência e subjetividade de mulheres não branca, cuja as opressões recaem com maior força e intensidade. Práticas estas que sustentam relações hierárquicas que normatizam uma suposta superioridade racial. Portanto, pensar na interlocução da branquitude, questões de classe e gênero, contribui para a produção de conhecimento acadêmico voltado para as relações raciais não hegemônicas.

REFERÊNCIAS

- CARDOSO, Lourenço. **O branco “invisível”: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (Período: 1957-2007)**. 232b 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Economia e Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2008.
- DINIZ, Débora. **Debora Diniz: "O pacto narcísico de masculinidade do governo Bolsonaro"**. 2019. Disponível em: <https://revistamarieclaire.globo.com/Blogs/Debora-Diniz/noticia/2019/06/debora-diniz-o-pacto-narcisico-de-masculinidade-do-governo-bolsonaro.html>. Acesso em: 01 abr. 2021.
- FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.
- MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Revista do Ppgav/Eba/Ufrj**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 32, p. 122-151, dez. 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>>. Acesso em: 25 jul. 2022.
- ROSSATTO, César Augusto. A Kakistocracia e a “política pós-verdade” no regime racista, patriarcal e capitalista predatório: regressão da justiça brasileira e estadunidense com o medo, ódio e crise da identidade branca. In: MÜLLER, Tânia Mara Pedroso; CARDOSO, Lourenço (org.). **Branquitude: estudos sobre a identidade branca no brasil**. Curitiba: Appris, 2017. p. 223- 242.
- SILVA, Cristiane Mare da; CARDOSO, Paulino de Jesus F. O fim do arco-iris: a branquitude como desafio da luta antirracista no brasil contemporaneo. In: MÜLLER, Tânia Mara Pedroso; CARDOSO, Lourenço (org.). **Branquitude: estudos sobre a identidade branca no brasil**. Curitiba: Appris, 2017. p. 243-258.
- SILVA, Priscila Elisabete da. O conceito de branquitude: reflexões para o campo de estudo. In: MÜLLER, Tânia Mara Pedroso; CARDOSO, Lourenço (org.). **Branquitude: estudos sobre a identidade branca no brasil**. Curitiba: Appris, 2017. p. 19- 32.
- TORRES, Nelson Maldonado -. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: COSTA, Joaze Bernardino- *et al* (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 27-53.